

## *Reorganização eclesial em Pernambuco: o processo de formação das Dioceses de Garan- huns, Nazaré e Pesqueira (1910-1918)*

Carlos André Silva de Moura <sup>1</sup>  
Newton Darwin de Andrade Cabral <sup>2</sup>

DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhranpuh.v13i38.50609>

**Resumo:** Com o processo de secularização e laicização no Brasil, a partir da publicação do Decreto 119-A, o projeto de reformas católicas ganhou forças entre os eclesialistas católicos e fiéis de diversas regiões do país. Uma das marcas desse processo foi a reorganização da Arquidiocese de Olinda, com uma nova configuração administrativa para as ações eclesialistas em sua circunscrição. A partir dos livros de tomo, das atas, das cartas pastorais, dos registros diocesanos e de periódicos, analisamos a formação das Dioceses em Garan- huns, Nazaré da Mata e Pesqueira entre os anos de 1910 e 1918. Para isso, foi importante o desenvolvimento de um estudo que levou em consideração as práticas eclesialistas e os aspectos socioculturais, com base nas propostas da História Cultural, que contribuíram para a percepção das representações políticas da nova estrutura da Igreja Católica, no Brasil do início do século XX.

**Palavras-chave:** Igreja Católica; Reformas católicas; Modelos eclesialistas; Circunscrições eclesialistas.

<sup>1</sup> Docente do Departamento de História da Universidade de Pernambuco (UPE). Pós-doutor em História na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com período como investigador visitante no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS - UL). Doutor em História pela UNICAMP, com período sanduíche no ICS - UL, mestre em História Social da Cultura Regional e licenciado em História na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: casmcarlos@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor Titular da Universidade Católica de Pernambuco, na qual integra os colegiados da Graduação em História e do Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião - PPGCR (Cursos de Mestrado e de Doutorado). Editor-gerente da Revista Paralellus - do PPGCR, é membro, desde 2004, do Grupo de Pesquisa Estudos Transdisciplinares em História Social (CNPq). E-mail: newton.cabral@unicap.br

## **Ecclesiastical rearrangement in Pernambuco: the inception process of the Dioceses of Garanhuns, Nazaré and Pesqueira (1910-1918)**

**Abstract:** During Brazilian secularization and laicization process, from the Ordinance 119-A publication, the process of catholic reforms gained strength between the catholic cleric and worshippers from different parts of the country. One of the symbols of this process was the reorganization of the Archdiocese of Olinda, counting on a new administrative configuration to the ecclesiastical activities in its circumscription. In accordance with the asset books, the minutes' books, the pastoral letters, the diocesan records and the periodicals, we examined the formation of the Dioceses in Garanhuns, Nazaré da Mata and Pesqueira outbreaks from 1910 and 1918. To this end, it was important to develop a study that take into account the ecclesiastical practices and the sociocultural aspects, based on Cultural History purposes the has add to this research with the perception of political representation of the new structure of Catholic church, in Brazil in the beginning of the 20th century.

**Key-words:** Catholic church; Catholic reforms; Ecclesiastical models; Ecclesiastical circumscriptions.

## **Reorganización eclesial en Pernambuco: el proceso de formación de las Diócesis de Garanhuns, Nazaré y Pesqueira (1910-1918)**

**Resumen:** Con el proceso de secularización y laicización en Brasil, desde la publicación del Decreto 119-A, el proyecto de reforma católica ganó fuerza entre los eclesiásticos católicos y los fieles de muchas regiones del país. Una de las huellas de este proceso ha sido la reordenación de la Archidiócesis de Olinda, con una nueva configuración administrativa para las acciones eclesiales en sus distritos. Desde los libros patrimoniales, de las actas, de las cartas pastorales, de los registros de las Diócesis y de los periódicos, hemos examinado la formación de las Diócesis en Garanhuns, Nazaré da Mata y Pesqueira, entre 1910 y 1918. Para eso, ha sido importante desarrollar un estudio que tuvo en cuenta las prácticas eclesiales y los aspectos socioculturales, en función de las propuestas de la Historia Cultural, que han colaborado con la percepción acerca de las representaciones políticas de la nueva estructura de la Iglesia Católica, en Brasil al principio del siglo XX.

**Palavras clave:** Igreja Católica; Reforma católica; Modelos eclesiales; Distritos eclesiales.

*Recebido em 31/10/2019 - Aprovado em 27/11/2019*

O objetivo principal de qualquer Igreja é propagar sua mensagem religiosa. Todavia, dependendo da percepção que tenha dessa mensagem, pode vir a se preocupar com a defesa de interesses tais como sua unidade, posição: em relação às outras religiões, influência na sociedade e no Estado, o número de seus adeptos e sua situação financeira (MAINWARING, 1989, p. 16).

A partir do pontificado do Papa Pio IX (1848-1878), membros da Igreja Católica atuaram em um processo classificado por uma historiografia clássica como romanização. O conceito se fundamentou na criação de um modelo eclesial cujos traços essenciais eram a espiritualidade centrada na prática dos sacramentos, os sentidos de hierarquia eclesial, de disciplina e o zelo para com a disseminação da doutrina católica. Com isso, buscava-se a reconfiguração da estrutura da Igreja, as formas de atuação do clero e a reorganização das devoções, descentralizando-as do culto aos santos, muitas vezes tido como ponto alto das práticas eclesiais (CABRAL, 2009, p. 161).

No entanto, Ítalo Santirocchi, a partir dos estudos dos movimentos religiosos no século XIX e da problematização conceituais, propõe uma rediscussão das definições para este processo. Segundo o autor, as negociações, os debates políticos e sociais, as inserções culturais nas questões eclesiais no Brasil possibilitou um modelo diferenciado para o que se compreendeu como romanização. Sendo assim, as discussões foram estabelecidas a partir dos critérios de reformas católicas, uma vez que as decisões eclesiais foram encaminhadas a partir das especificidades locais de cada diocese, diferenciando-se de um modelo europeu estabelecido de modo homogêneo (SANTIROCCHI, 2010).

Tais distinções conceituais estão estabelecidas a partir da importância de se compreender as religiões através das suas negociações com a cultura, a sociedade e a política de cada espaço de atuação. Sendo assim, consideramos que as reformas católicas não podem ser compreendidas de modo isolado e como modelo único para um recorte temporal ou lugar de atuação de intelectuais, eclesiais, leigos ou fieis.

No Brasil, as reformas e projetos apresentaram resultados diretos em atividades de parte de bispos, padres, congregações religiosas e leigos, que organizaram as suas ações com o objetivo de conectar as práticas católicas com um modelo romano, mas, especialmente, com a realidade religiosa no país. Mesmo com uma proposta católica, as divergências existentes e os embates entre membros do clero colaboraram com disputas internas e diversas ações da hierarquia eclesial que em muitos momentos não dialogaram com Roma (MARIN, 2018). As medidas ocasionaram mudanças na

dependência que a religião mantinha com a Coroa lusitana ou com representantes governamentais, por um lado substituída por uma sintonia com a hierarquia da Sé romana e por outro com uma maior conexão com atos nacionais.

Um dos aspectos políticos da implantação do novo padrão de organização eclesiástica ficou evidente após a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, quando foram aprovadas as leis que contribuíram para a implementação jurídica da secularização do Estado e laicização das práticas sociais, demarcação significativa no processo de reorganização católica no país (CABRAL, 2009, p. 162). Durante o artigo, analisamos como as reformas católicas contribuíram para a organização de novas dioceses e a reconfiguração das ações do clero a partir de um projeto de evangelização em novos espaços devocionais.

A independência da Igreja Católica em relação ao poder civil foi fundamental para a introdução de devoções de origem europeia, a exemplo do culto a novos santos, com a intensificação de práticas que ficaram a cargo dos vigários. Em substituição às antigas irmandades e confrarias foram propostas outras entidades, quase sempre ligadas a uma das novas práticas religiosas, todas fundadas e dirigidas por padres, pois a tutela clerical era um ponto chave no processo de romanização (CABRAL, 2009, p. 162).

Segundo Rodolfo Roux (2014), até o ano de 1889, a atuação católica no Brasil era exercida por 10 franciscanos, 170 religiosos de várias ordens e 520 sacerdotes seculares para atender a uma população de aproximadamente 14.500.000 habitantes (p. 34, 41). Os dados do censo de 1890 demonstram que, no período, o Brasil possuía 1883 paróquias, com um crescimento para 2394 até o final dos anos de 1930 (SOUZA, 2018, p. 330). Como parte do fortalecimento do movimento de reformas em várias localidades – que também tinha base em questões sociais, políticas e educacionais – até 1900 desembarcaram para trabalhar em diversas missões, congregações italianas, francesas, alemãs e belgas.

As reformas católicas, também classificadas por parte da historiografia como as ações da romanização, contribuíram para que membros do clero assumissem estruturas eclesiásticas, com o controle do arcabouço religioso, especialmente em questões relativas à organização administrativa. Sendo assim, a partir da publicação do *Decreto 119-A*, os assuntos sobre as religiões deixaram de ser tratados como temáticas do poder civil e se restringiram a pontos privados das denominações (BRASIL, 1890). Para tanto, a estrutura da Igreja e os seus membros precisaram organizar-se em um novo modelo, uma vez que passaram a vivenciar uma nova realidade institucional no país.

Na esfera do cenário brasileiro, deve-se enfatizar que a República não promoveu perseguição anticlerical, não expropriou os bens da Igreja e não fechou as escolas, ainda que algum tempo antes da Proclamação tenha havido registros de ações que colaboraram

com querelas entre o poder civil e religioso. Deve-se lembrar de que antes da implementação da secularização já era realidade a mudança na efetivação do “casamento, de sacramento católico em contrato civil [...] e [foi criado] o registro civil de nascimento, óbitos e propriedade da terra, substituindo o batistério e os registros eclesiais” (MANOEL, 2008, p. 44-45).

Na Carta Pastoral de março de 1890, eclesiais católicos utilizaram o reconhecimento das celebrações privadas e públicas no *Decreto 119-A* para questionar a lei do casamento civil. No documento, afirmou-se que:

Tendo o decreto reconhecido solenemente a liberdade que temos de professar particular e publicamente a nossa crença e praticar as nossas leis disciplinares, estamos em pleno direito, em face mesmo do govêrno civil, de só considerarmos como válido para os Christãos o contracto matrimonial que é celebrado na Igreja, com a bençã de Deus. De acto só então é que se contrahe o vínculo indissolúvel com a graça do Sacramento; só então é que ficam os nubentes legitimamente casados. Outra qualquer união, ainda que a decorem com apparencias de legalidade, não passa de vergonhoso concubinato (O Episcopado Brasileiro ao Clero e aos Fieis da Igreja do Brazil, 1890, p. 50).

Os debates em torno do matrimônio estiveram na pauta de discussão durante todo o processo de romanização. Com o reconhecimento da união civil, do registro de nascimento e a laicização dos cemitérios, o Estado retirava dos eclesiais uma das principais tradições católicas, que se baseava no controle sobre os ritos de passagem e a “supervisão” do desenvolvimento da sociedade (PAGOTO, 2004; SIAL, 2005). Mesmo com o distanciamento entre os poderes civil e devocional, parte da legislação republicana foi negociada com os representantes dos dois grupos, especialmente através de Dom Antônio de Macedo Costa (1830-1891) e do Ministro Rui Barbosa (1849-1923), com o objetivo de se evitar atritos entre as instituições (MOURA, 2018; MANOEL, 2008, p. 45).

Nesse sentido, consideramos que o novo sistema governamental foi percebido a partir de dois sentimentos para os membros da Igreja Católica: para parte dos eclesiais, a República foi vista como uma possível salvação, devido à liberdade que poderia ser adquirida pelo clero (com o fim do regime do padroado), o que implicava a

possibilidade de executar seus ajustes internos e a liberdade de realizar as publicações dos seus regimentos sem a necessidade da autorização prévia do governo; mas o dia 15 de novembro de 1889 também foi compreendido com ressalvas pela possibilidade da implantação de um anticlericalismo defendido por alguns grupos de republicanos. Parte do clero observou o *Decreto 119-A* como uma afronta à Igreja Católica, que perdia o *status* de religião oficial, configurando-se como prática religiosa sem regalias e amarras com o Estado (FAUSTO, 2004).

Mesmo com a instabilidade dos primeiros anos da República, integrantes do governo provisório reforçaram os compromissos firmados com os diversos setores da sociedade, por intermédio das garantias de continuidade das ações socioculturais que eram desenvolvidas, a exemplo das efetivadas pelos católicos, mesmo em um sistema de governo que defendia o Estado laico. Naquele instante, amparava-se o princípio da liberdade individual, com a rejeição de organizações autoritárias em suas crenças e tradições. No âmbito religioso, a Igreja teve a sua influência limitada, para que, assim, não reprimisse a liberdade individual com a imposição de um dogma (RÉMOND, 1974, p. 25-29).

Três dias após as movimentações que levaram à Proclamação da República, o governo provisório, representado pelo Ministro das Relações Exteriores, Quintino Antônio Bocayuva (1836-1912), enviou uma correspondência ao Internúncio Apostólico no Brasil entre 1887 e 1891, Monsenhor Francesco Spolverini, com explicações sobre os acontecimentos e as mudanças políticas decorridas no país. Com o documento, garantiam-se as práticas religiosas e as intenções da manutenção dos debates entre as instituições. Na carta, destacou-se que:

O Governo Provisorio, como declarou na sua proclamação de 15 do corrente, reconhece e acata todos os compromissos nacionaes contrahidos durante o regimen anterior, os tratados subsistentes com as pontencias estrangeiras, a divida publica externa e interna, os contractos vigentes e mais obrigações legalmente estatuidos. No governo provisório, de que é chefe o Sr. Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, tenho a meu cargo o Ministro das Relações Exteriores e é por isso que me cabe a honra de dirigir-me a S. E., assegurando-lhe em conclusão que o governo provisório deseja vivamente manter as relações de amizade que teem existido entre a Santa Sé e o Brasil. Aproveito esta primeira occasião para ter a honra de

offerecer a S. E. as seguranças da minha alta consideração  
(Archivio Segreto Vaticano, n° 68, fasc. 329, doc. 147).

A segurança estabelecida pelo governo e os diálogos travados entre os membros do poder civil e do clero foram pontos fundamentais para as negociações entre as instituições durante o processo que buscava implementar um projeto de secularização no país. As declarações realizadas pelo Ministro das Relações Exteriores demonstraram a construção de uma nova diplomacia entre o governo brasileiro e a Santa Sé que, naquele momento, passou a se apoiar nos fundamentos de colaboração internacional.

Do mesmo modo que o Estado reorganizava a sua relação diplomática com a Igreja Católica, Dom Macedo Costa, depois de nomeado arcebispo da Bahia, convocou o episcopado para uma assembleia nacional, realizada em agosto de 1890 em São Paulo, com o objetivo de discutir sobre a necessidade da criação de novas dioceses. Deve-se enfatizar que a expansão do número de circunscrições eclesiais não era unanimidade entre os eclesiais, mas se constituía em um desejo recorrente de parte da liderança do clero, especialmente, pela vastidão do país, número da população e distância dos principais centros urbanos (AZZI, 2008, p. 30; AQUINO, 2012).

As discussões entre parte dos membros da Igreja Católica evidenciaram a necessidade de ampliação do trabalho da instituição e o enfrentamento de vultosos obstáculos econômicos para a sobrevivência das dioceses. No entanto, devido a circunstâncias regionais específicas, parte dos eclesiais percebeu, na criação das dioceses, “um instrumento de prestígio para os próprios centros urbanos em afirmação” (AZZI, 2008, p. 18), com a possibilidade de serem estabelecidas cooperações, uma vez que as dioceses passaram a ser espaços que apontavam para “ganhos organizacionais logrados em função das coalizões firmadas com os detentores do poder local e estadual” (MICELI, 2009, p. 31).

Dessa maneira, deve-se considerar que, no início do período republicano, o Estado laico não abriu mão da rede capilar de presença eclesial, atribuindo-lhe um novo sentido. O processo modernizador que os republicanos buscaram implantar no Brasil dependeu das estruturas eclesiais que levaram o novo regime aos distantes rincões do país. O alinhamento de parte da organização eclesial ao processo de modernização contribuiu com alguns êxitos políticos que membros da Igreja Católica conquistaram na República Velha, ao contrário da percepção de que teria sido uma fase de recuo.

Sérgio Miceli destaca que o momento foi caracterizado por um processo de “estadualização” do poder eclesial, verificado entre 1890 e 1930, “quando foram criadas 56 dioceses, 18 prelazias e três prefeituras apostólicas”. Ainda segundo o autor, para tais circunscrições, foram indicados “aproximadamente cem bispos, cabendo ao

conjunto dos estados nordestinos, a São Paulo e a Minas Gerais os percentuais mais elevados no reparte de circunscrições e prelados” (MICELI, 2009, p. 58). No ano de 1912, em jornal publicado na cidade pernambucana de Pesqueira, noticiou-se informações sobre os números da Igreja Católica no país, que contava com “9 arcebispados, 29 bispos, 2 prelazias e 3 prefeituras apostólicas” (Gazeta de Pesqueira, 1912).

Maurício de Aquino realizou uma crítica ao uso do conceito de estadualização defendido na obra de Sérgio Miceli, ao destacar que o uso do conceito de “[...] diocesanização apresenta-se como contraponto crítico àquele de estadualização da organização eclesial [...] com a intenção de ressaltar que as ações dos bispos católicos responderam às injunções da implantação da República segundo os interesses da própria Igreja” (AQUINO, 2012, p. 25). No entanto, é preciso enfatizar que as negociações do clero com setores políticos locais, parte da oligarquia e eclesialistas ligados a tal poder não devem ser negligenciadas nas análises sobre as reformas no Brasil das primeiras décadas do século XX.

No espaço geográfico analisado em nosso artigo, as discussões sobre as mudanças nas circunscrições eclesialistas atenderam as necessidades dos representantes dos poderes político e econômico, a exemplo da modificação da sede diocesana realizada entre Floresta e Pesqueira. Não desconsideramos a tese defendida pelo autor, mas afirmamos que é necessário o reconhecimento das especificidades de cada localidade.

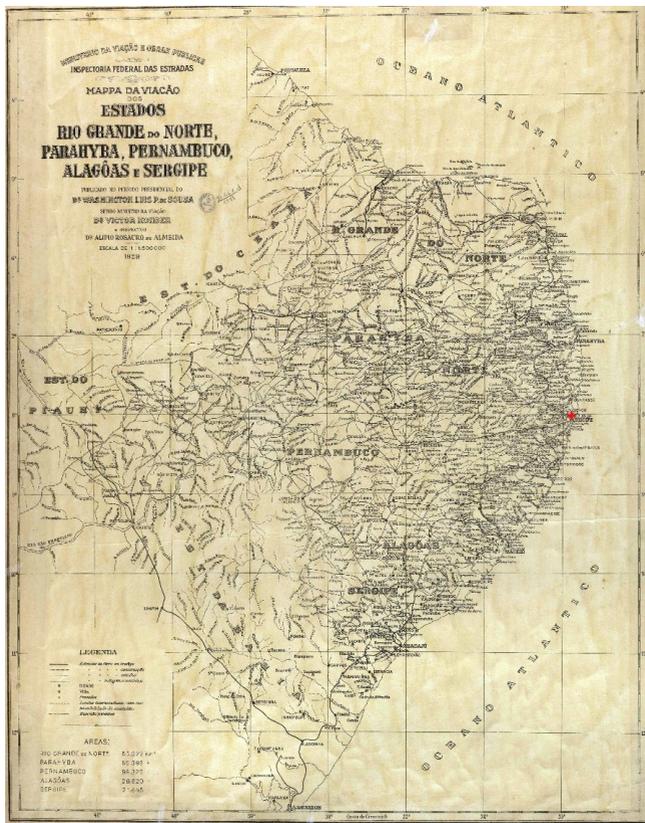
Ao estudar os projetos da Igreja Católica no interior do Estado de Pernambuco, Gabriella Chalegre Alves demonstrou as dificuldades enfrentadas por religiosos para realizar as suas atividades pastorais, especialmente, devido à extensão da circunscrição eclesialista de Olinda<sup>3</sup>. Segundo a autora, durante as visitas que Dom Luís Raymundo da Silva Brito, bispo entre 1901 e 1915, realizou nas cidades de Pesqueira e São Bento do Una, motivado pelas longas distâncias que precisava percorrer, o bispo se ausentou praticamente um mês da sua diocese (ALVES, 2019, p. 143-144). Situações similares aconteciam em outras regiões, como, por exemplo, no caso de Dom Antônio Ferreira Viçoso (1787-1875), da diocese de Mariana (Minas Gerais), de quem se afirma que “dos 31 anos de bispado [...], 23 deles foram gastos em visitas pastorais”, com deslocamentos que levavam semanas para ser percorridos (OLIVEIRA, 2010, p. 67).

Em alguns momentos, o tempo disponibilizado para as visitas em regiões específicas prejudicava o acompanhamento das ações nas dioceses, especialmente em

---

<sup>3</sup> Em algumas passagens do texto utilizaremos o termo Arquidiocese de Olinda e, em outros, Arquidiocese de Olinda e Recife. A circunscrição religiosa assumiu a nomenclatura atual pela bula *Cum urbis Recife*, do Papa Bento XV, de 26 de julho de 1918, sendo denominada de Arquidiocese de Olinda e Recife.

localidades extensas como a Arquidiocese de Olinda. No mapa abaixo, conseguimos visualizar parte daquela vasta extensão eclesial e sua distância em relação à sede – a cidade de Olinda (JESUS, 2007, p. 60), o que evidencia os espaços que os eclesialistas e as suas comitivas precisavam percorrer. Ressaltamos que o mapa não contém o Ceará, local de onde se originou a Diocese de Fortaleza.



Fonte: BRASIL. Departamento Nacional de Estradas de Ferro. *Mapa da viação dos Estados Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe*. São Paulo: Comp. Lith. Ypiranga, 1944. 1 mapa, col., 79 x 63cm. Disponível em <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart42261/cart42261.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart42261/cart42261.jpg)>. Acesso em 22 out. 2019<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> Marcamos em vermelho a localização da sede da Arquidiocese de Olinda.

Inúmeras são as possibilidades de interpretação acerca da localização das novas circunscrições e da escolha das suas sedes, embora as investigações apontem para aspectos como eficiência pastoral, parcerias políticas e viabilidade econômica. Até o ano de 1890, entre as 12 dioceses existentes em 10 províncias, nove estavam situadas em capitais. Durante a expansão destes espaços, entre os anos de 1890 a 1930, em outras onze capitais também foram estabelecidas sedes diocesanas (MICELI, 2009, p. 58-59).

É possível correlacionar a “estadualização” do trabalho da Igreja Católica à organização de “estratégias diferenciadas conforme o peso político e a contribuição econômica de cada unidade federativa”. A criação de dioceses também estava atenta à continuidade da relação da estrutura civil e religiosa e o poder de “contribuição por parte dos círculos dirigentes locais e do potencial de mobilização dos católicos como grupos articulados de pressão a ponto de influir sobre as decisões governamentais” (MICELI, 2009, p. 66).

Eventualmente outras circunstâncias também podem ter sido levadas em consideração para a escolha dos espaços de implementação das dioceses. Movimentos como Canudos e Juazeiro, no Norte do Brasil, e do Contestado, no Sul, teriam contribuído com a tentativa de serem estabelecidos “cordões de isolamento” visando a salvaguardar posições e combater a sangria de fiéis. A ação também tinha o objetivo de revigorar os serviços religiosos nas circunvizinhanças, tornando-os eficazes no combate aos “surto de cisma e heresia” que pudessem comprometer interesses da Igreja.

As disputas por espaços de atuação entre as religiões também foi outro motivo para a organização de novas circunscrições. Como exemplo, podemos destacar a elevação da Diocese de Caitité, interior do Estado da Bahia, com intensa atuação de religiosos da Companhia de Jesus exilados de Portugal<sup>5</sup>. O processo de interiorização das atividades do grupo atendeu a uma demanda política, principalmente, de afirmação da educação católica frente ao ensino protestante ou laico (AZEVEDO, 1986). Após um ano das atividades dos jesuítas, a região passou a sediar uma diocese, publicada na *Majus animarum bonum*, datada de 20 de outubro de 1913 (MOURA, 2019, p. 12).

Em Pernambuco, as dioceses que se originaram de Olinda e Recife, como Garanhus, Nazaré e Pesqueira, formaram-se em centros de abastecimento, entrepostos comerciais e rotas de passagem da linha férrea. Nazaré da Mata também se destacou como lugar que mantinha a força política da aristocracia local, especialmente, a partir da produção de cana-de-açúcar, ainda muito presente na região (MICELI, 2009, p. 60).

---

<sup>5</sup> Com a implementação de leis laicistas, que estabeleciam o fim das práticas religiosas e a expulsão dos eclesiásticos de Portugal, muitos membros da Companhia de Jesus se exilaram na Espanha, Itália e Brasil.

A organização de uma diocese também se relacionava a acordos que precisavam ser estabelecidos com diversos setores da sociedade. Em agosto de 1918, no Sertão pernambucano, por exemplo, a transferência da Diocese de Floresta<sup>6</sup> para Pesqueira foi incentivada pelo desenvolvimento econômico da região, como a indústria de doces, representados nas Fábricas Peixes e Rosa, que realizavam exportação para vários países, além da oferta de transporte, melhores estruturas físicas para a organização da cúria, comunicação, instituições de ensino, associações pias, seminários e as diversas necessidades do clero (ALVES, 2019). Na Cúria, há o registro de que a transferência da diocese, com a organização de um novo espaço, foi realizada para que:

a diocese de Floresta, creada no Sertão, fosse augerendada e trazida para a cidade de Pesqueira, a qual pela sua maior população, pela facilidade de vida e de comunicação e importância comercial, muito mais que Floresta, se presta para cidade episcopal e vida do bispado (Cúria Diocesana de Pesqueira. Secretaria, 1918, f. 07-08).

Sendo assim, conseguimos compreender que a organização de novos espaços diocesanos não tem apenas as questões religiosas como elemento de convergência para a decisão da hierarquia católica. Os lugares precisavam garantir estruturas mínimas para que os projetos pensados por intelectuais, religiosos, ordens eclesiais, leigos e a Cúria romana fossem executados. As estratégias de repartição das circunscrições eclesiais “expressam ainda o reconhecimento à folha de serviços prestados pelas principais lideranças do episcopado da época, refletindo o poder de pressão de que dispunham junto a seus pares, à nunciatura e ao próprio Vaticano” (MICELI, 2009, p. 65).

Outro ponto marcante para a organização eclesial, especialmente nas dioceses do Norte do Brasil, foi o arranjo financeiro e a capacidade de coleta de doações para o início dos trabalhos dos religiosos na instituição. Para a criação da Diocese de Floresta, os Frades Capuchinhos foram fundamentais para o levantamento de recursos e o início dos trabalhos na região. Nas memórias da diocese identificamos que:

---

<sup>6</sup> A Diocese de Floresta foi criada em 05 de dezembro de 1910, pelo Papa Pio X, desmembrada da Diocese de Olinda. No entanto, com a reorganização espacial das dioceses em Pernambuco, foi transferida para a cidade de Pesqueira a partir da bula *Arquidiocesis Olindensis e Recifensis*, em 02 de agosto de 1918. A região eclesial foi reestabelecida pelo Papa Paulo VI, em 15 de fevereiro de 1964.

Por determinação do Exmo Sr. D. Luiz Raymundo da Silva Brito os Revdmos Padres Capuchinhos Frei Celestino Maria Cefaloni e Frei Epilhamio Guigliani saíram de Recife em missão especial de angariarem donativos para a criação da diocese. Conseguiram reunir quinze contos e tanto, dos quaes, tiradas as despesas da Bulla da criação do Bispaço, foi entregue ao primeiro Bispo de Floresta, D. Augusto Alvaro da Silva a quantia de doze contos e trinta e nove mil reis (12:039\$000) destinados as primeiras despesas de instalação do novo Diocesano (Cúria Diocesana de Pesqueira. Diário da Diocese de Pesqueira, 1911, f. 01).

A partir das análises das fontes, compreendemos que o apoio político e a atuação religiosa local não eram suficientes para a organização dos novos espaços, pois era também requerida maior atuação dos eclesiásticos e fiéis, no que se refere à captação de recursos. Para isso, as ações dos integrantes das diversas ordens e congregações religiosas – com a organização de instituições e a estruturação prévia dos lugares – foram basilares para o processo de elevação de novas dioceses nas primeiras décadas da república brasileira.

### ***A criação das Dioceses de Garanhuns, Nazaré e Pesqueira***

Com o objetivo de proporcionar a reestruturação da Arquidiocese de Olinda, especialmente, devido ao amplo espaço que o bispo deveria coordenar, Dom Sebastião Leme (1882-1942)<sup>7</sup> esteve à frente da criação de três novos espaços. O projeto do religioso também estava inserido nas ações pensadas para as atividades da Restauração Católica, com a intenção de organizar uma cristandade atuante em relação aos projetos eclesiásticos (MOURA, 2016).

Mesmo com a Diocese de Floresta já organizada, o espaço não atendia as demandas da reestruturação pensada para Pernambuco. A falta de recursos para a manutenção de um bispaço na cidade, a continuidade da necessidade de se deslocar por longas distâncias e os poucos resultados da circunscrição eclesial instalada no Sertão contribuíram para o processo de criação de outros espaços. Em registro realizado no livro

---

<sup>7</sup> Assumiu a Arquidiocese de Olinda em 1916, com o objetivo de estruturar o projeto de Restauração Católica, com a formação de uma neocristandade politizada e comprometida com os valores da Igreja Romana. Em 1921 tornou-se arcebispo-coadjutor do Rio de Janeiro, sendo elevado cardeal em 1930 (Cf. MOURA, 2012).

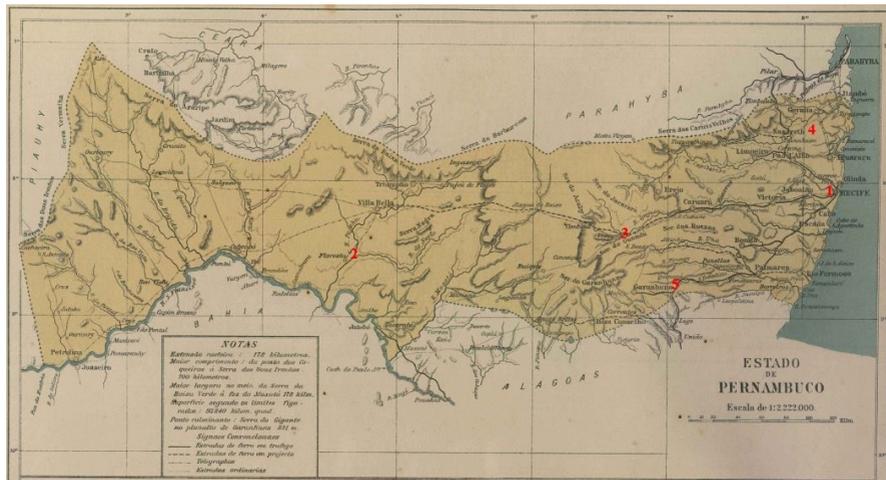
de tombo da Diocese de Pesqueira foi informado que, mesmo que a Arquidiocese de Olinda:

já tenha sido levemente reduzida, pela criação da diocese de Floresta, no Sertão do Estado, no anno de 1910 da era do Senhor, a Archidiocese de Olinda e Recife, que outrora abrangia todo o estado civil de Pernambuco, ainda continua tão vasta, em território e população. Que para um só prelado não pode ser governada como convem. Foi reffletindo nisso que o Veneravel Irmão Sebastião Leme da Silveira Cintra, julgando necessaria uma nova divisão da Archidiocese, para a salvação das almas que lhe foram confiadas e para o bem da religião, louvável e atentamente se dedica a realização dessa ideia. Depois de se aconselhar com outras pessoas prudentes, tratando esforçadamente de conseguir os recursos necessários para a criação das novas Dioceses, supplicou com instancia a Se Apostolica que, dividindo a região oriental do Estado de Pernambuco em três dioceses, ficasse a Archidiocese de Olinda e Recife, no centro de duas novas dioceses, uma ao norte, na cidade de Nazareth, outra ao sul, na cidade de Garanhus: Pelas mesmas razões supplicou [...], que a diocese de Floresta, [...] fosse [...] trazida para a cidade de Pesqueira. (Cúria Diocesana de Pesqueira. Secretaria, 1918, f. 07-08).

Os espaços para as novas instalações foram pensados para que o Estado fosse dividido em setores que pudessem facilitar a atuação religiosa dos eclesiásticos e dos leigos, colaborando, assim, para a efetivação dos seus projetos. Com a configuração das dioceses, também era possível garantir a presença das representações católicas nos principais polos populacionais, econômicos e de rotas de passagem da capital e das regiões interioranas. Sendo assim, o projeto coordenado por Dom Sebastião Leme foi fundamental para a reafirmação do poder sociopolítico da Igreja Católica nas regiões destacadas, especialmente, para efetivar ações como a da evangelização.

No mapa abaixo, é possível visualizar a nova configuração das dioceses em Pernambuco, a partir de agosto de 1918, e como os lugares de atuação do clero foram estruturados em setores, com o objetivo de facilitar as ações dos membros da Igreja

Católica. Ainda na imagem, também é possível compreender a reorganização administrativa com a mudança da Diocese de Floresta para Pesqueira.



Legenda: 1 – Arquidiocese de Olinda e Recife; 2 – Diocese de Floresta; 3 – Diocese de Pesqueira 4 – Diocese de Nazaré; 5 – Diocese de Garanhus

Fonte: SAMPAIO, Theodoro. Atlas dos Estados Unidos do Brazil. Bahia: Reis & Ca., 1908. 1 atlas, 24 mapas col., 35,5 x 26,5 cm. Disponível em <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart961173/cart961173.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart961173/cart961173.pdf)>. Acesso em 22 out. 2019.

Após as dioceses instaladas, cabia aos novos bispos o estabelecimento de planos básicos “de empreendimentos e iniciativas” a serem nelas implantados. Assim, em graus variados, eles se engajavam no “projeto-padrão de investimentos [que] incluía a edificação do palácio episcopal, a criação do seminário diocesano, a construção ou reforma da catedral, a fundação de estabelecimentos de ensino e de jornais e/ou periódicos” (MICELI, 2009, p. 150). Também foram envidados esforços para que as dioceses contassem com obras piás e devocionais sintonizadas com o processo de reformas, além de subsidiarem a instalação de ordens e congregações religiosas dedicadas a obras assistenciais e à educação.

Consideramos relevante destacar a importância de todas essas instituições e do quanto o seu conjunto contribuía na difusão dos ensinamentos católicos e na preparação de quadros habilitados, tanto para as disputas com outras religiões, quanto para os

“embates doutrinários com ateus, hereges, apóstatas, maçons, protestantes e porta-vozes de grupos políticos locais e estaduais, discordantes das posições eclesiais ortodoxas” (MICELI, 2009, p. 155).

Os registros do Fr. Nicasio, OFM, demonstram como as negociações para o estabelecimento de uma estrutura católica foi fundamental para o “credenciamento” da cidade de Pesqueira para o recebimento de uma nova diocese. Segundo o franciscano:

Consta pelas actas da Pia União das Filhas de Maria na data do dia 12 de agosto de 1917 que, no dia 26 de agosto de 1917 foi solemnemente inaugurado o novo e modesto salão construído á data 15 de novembro em favor da Pia união... destinado ao ensino primário, religioso, e principalmente carismático, sob a regência das mesmas Filhas de Maria... O Pe. Diretor Fr. Nicasio, na reunião do Conselho realizada no mez de março 1918 disse que deveria ser copiado o requerimento que o Rev<sup>mo</sup> Ir. Arcebispo D. Sebastião Leme para que fosse permitida a criação da Congregação da Doutrina Christam na igreja do Convento anexa á Pia União das Filhas de Maria, o que foi despachado pelo Rev<sup>mo</sup> Ir. Arcebispo. (Arquivo do Convento dos Franciscanos em Pesqueira, 1918, f. 02).

A construção da estrutura, sobretudo, para a atuação dos religiosos e leigos foi fundamental para o desenvolvimento das reformas católicas, politização do clero, formação de uma neocristandade e a comunicação entre as dioceses. Tais ações colaboraram para a participação efetiva dos eclesiais, com a concepção de novas devoções e a implementação do catolicismo nas ações cotidianas dos espaços distantes dos principais centros urbanos do país.

Concluimos as discussões acerca do contexto eclesial existente no período em que foram criadas novas dioceses, enfatizando que as suas instalações aconteceram em um momento em que a Igreja Católica vivenciava um intenso processo de reconstrução institucional, concomitante ao que ocorria com outras instituições não religiosas. Do mesmo modo, devemos destacar a inserção dos trabalhos missionários de denominações protestantes em várias cidades do país, inclusive nos “Sertões do Brasil”, processo que contribuiu para a tomada de medidas que colaboraram para a expansão das ações do clero católico, com o objetivo de combater a entrada das “novas práticas” no país.

As medidas adotadas durante a década de 1910 foram fundamentais para os projetos de expansão das devoções católicas, pensadas pelos líderes do clero durante a primeira metade do século XX. O processo de reformas católicas, de reorganização das dioceses e de formação de projetos devocionais do clero e dos fiéis colaborou com a organização de uma Igreja Católica militante, que buscou atuar para a manutenção do poder sociocultural da Igreja Católica, também coordenada por Dom Sebastião Leme, com a colaboração de intelectuais como Jackson de Figueiredo (1891-1928) e Alceu Amoroso Lima (1893-1983).

A partir dos anos de 1920, outras divisões eclesiais foram realizadas em Pernambuco. Além dos espaços já apontados em nosso texto, no Estado foram criadas as Dioceses de Petrolina (1923), Caruaru (1948), Afogados da Ingazeira (1956), Palmares (1962) e Salgueiro (2010), atendendo às necessidades de organização dos espaços de modo que os trabalhos dos agentes religiosos (hierarquia, clero e fiéis) se tornassem mais efetivos para os projetos de atuação dos católicos.

### Fontes

Archivio Segreto Vaticano (Ciudad del Vaticano). Seção Central. *Rio de Janeiro. Ministero das Relações Exteriores, 18 de novembro de 1889*. Archivio della Nunziatura Apostolica in Brasile. n° 68, fasc. 329. Doc. 147.

Arquivo do Convento dos Franciscanos em Pesqueira. Fr. Nicasio, OFM. *Actas da Congregação da Doutrina Christam*. Pesqueira, 1918. f. 02.

BRASIL. Departamento Nacional de Estradas de Ferro. *Mapa da viação dos estados Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe*. São Paulo: Comp. Lith. Ypiranga, 1944. 1 mapa, col., 79 x 63 cm. Disponível em <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart42261/cart42261.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart42261/cart42261.jpg)>. Acesso em 22 out. 2019.

BRASIL. Preparativos para a criação da Diocese de Floresta. *Diário da Diocese de Pesqueira*. Livro n° 3. 07 de dezembro de 1911. f. 01.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto n° 119-A, de 7 de janeiro de 1890*. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm)> Acesso em 29 ago. 2019.

Cúria Diocesana de Pesqueira. Das Lettras “Apostolicas Archidiocesis Olindensis Recifensis” de 2 de agosto de 1918. *Secretaria*. Registros, Termos, etc. Livro 01. f. 07-08.

LEME, Dom Sebastião. *Carta pastoral saudando a sua archidiocese*. Petrópolis: Typ. Vozes de Petrópolis, 1916.

Miscelanea. *Gazeta de Pesqueira*, Pesqueira, 24 mar. 1912.

O Episcopado Brasileiro ao Clero e aos Fieis da Igreja do Brasil. *Pastoral de 19 de março de 1890*. São Paulo: Typ. Salesiana a vapor c.o. Lyceu do Sagrado Coração, 1890.

SAMPAIO, Theodoro. *Atlas dos Estados Unidos do Brazil*. Bahia: Reis & Ca., 1908. 1 atlas, 24 mapas col., 35,5 x 26,5 cm. Disponível em <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart961173/cart961173.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart961173/cart961173.pdf)>. Acesso em, 22 out. 2019.

### Referências

- ALVES, Gabriella Chalegre. *É hora de surgir do sono, de despertar da inércia [...] e fazer reflorescer a nossa Religião: a Restauração Católica em Pesqueira-PE (1889-1922)*. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Pernambuco, 2019.
- AQUINO, Maurício de. *Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: a construção do bispado de Botucatu no Sertão paulista (1890-1923)*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2012. Disponível em <[https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103158/aquino\\_m\\_dr\\_assis.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103158/aquino_m_dr_assis.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em 24 nov. 2019.
- AZEVEDO, Ferdinand. *A Missão Portuguesa da Companhia de Jesus no Nordeste, 1911-1936*. Recife: FASA, 1986.
- AZZI, Riolando. *Presença da Igreja na sociedade brasileira e formação das dioceses no período republicano*. In: SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clárcia (orgs.). *Faces do catolicismo*. Florianópolis: Insular, 2008.
- CABRAL, Newton Darwin de Andrade Cabral. *Memórias de um cotidiano escolar: Universidade Católica de Pernambuco, 1943-1956*. Recife: Fundação Antonio dos Santos Abranches, 2009.
- FAUSTO, Boris (dir.). *O Brasil Republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. t. 03, v. 02.
- JESUS, Sandy Regina Cadete Barbosa de. *A Territorialidade da Igreja Católica Apostólica Romana no Nordeste Brasileiro – 2000*. *Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, n. 21, Jan. 2007. Disponível em <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/viewFile/3501/2429>>. Acesso em 22 out. 2019.
- MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916 – 1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

- MANOEL, Ivan Aparecido. A criação de paróquias e dioceses no Brasil no contexto das reformas ultramontanas e da Ação Católica. In. SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clarícia (orgs.). *Faces do catolicismo*. Florianópolis: Insular, 2008.
- MARIN, Jérry Roberto. Reflexões sobre a imprensa católica no Brasil. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 38(3): 197-217, 2018. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rs/v38n3/0100-8587-rs-38-3-00197.pdf>>. Acesso em 24 nov. 2019.
- MICELI, Sergio. *A elite eclesial brasileira: 1890-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- MOURA, Carlos André Silva de. A pastoral de Dom Sebastião Leme em 1916 e o projeto de politização do Clero. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá, 9 (25), p. 23-38, mai. / ago. 2016. Disponível em <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/31119>>. Acesso em 23 out. 2019.
- MOURA, Carlos André Silva de. *Fé, saber e poder: os intelectuais entre a Restauração Católica e a política no Recife (1930-1937)*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 2012.
- MOURA, Carlos André Silva de. *Histórias cruzadas: intelectuais no Brasil e em Portugal durante a Restauração Católica (1910 - 1942)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais / Universidade de Lisboa, 2018.
- MOURA, Carlos André Silva de. Religião e educação: os projetos dos jesuítas portugueses em tempos de exílio no Brasil (1910-1938). *Pro-Posições*, Campinas, v. 30, 2019. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73072019000100522&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072019000100522&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 22 out. 2019.
- OLIVEIRA, Gustavo de Souza. *Entre o rígido e o flexível: D. Antônio Ferreira Viçoso e a reforma do clero mineiro (1844-1875)*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, 2010. Disponível em <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281880>>. Acesso em 22 out. 2019.
- PAGOTO, Amanda Aparecida. *Do âmbito sagrado da igreja ao cemitério público: transformações fúnebres em São Paulo (1850-1860)*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2004.
- RÉMOND, René. *O século XIX: 1815-1914*. São Paulo: Cultrix, 1974.
- ROUX, Rodolfo R. de. La romanización de la Iglesia católica en América Latina: una estrategia de larga duración. *Pro-Posições*, Campinas, v. 25, n. 1, p. 31-54, abr. 2014.

Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73072014000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072014000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 22 out. 2019.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Uma questão de revisão de conceitos: romanização – ultramontanismo – reforma. *Temporalidades*: revista discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, Belo Horizonte, vol. 2, n.º. 2, p. 24-33, 2010.

Disponível em

<<https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5387/pdf>>.

Acesso em 24 nov. 2019.

SIAL, Vanessa Viviane de Castro. *Das igrejas ao cemitério*: políticas públicas sobre a morte no Recife do Século XIX. 2005, 358p. (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas / Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2005.

SOUZA, Rogério Luiz de. A Paroquialização como Fenômeno Geopolítico e Estratégia Biopolítica no Processo de Formação da República no Brasil. *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, vol. 78, n.º 310, p. 318 – 342, mai. – ago. 2019.